

O Problema da Nova/Velha Entidade Nacional Para Inovação Do Velho/Novo Movimento Estudantil (ou Quando Se Colocam Os Carros Na Frente dos Bois...).

Começando...

O processo de reorganização do movimento estudantil se inicia desde a eleição de Lula/PT em 2002. A partir de então o governismo existente na UNE se torna evidente, bem como sua estrutura comprometidamente burocratizada, atrelada ao Estado e a serviço do neoliberalismo. Fica claro também que a UNE, com sua dinâmica interna viciada, obliterando qualquer possibilidade de disputa, se apóia em uma representatividade virtual. Sendo um organismo de cunho governamental, sem apóio real no seio estudantil, estando completamente partidarizado e imerso na burocracia, não há mais nada o que fazer lá dentro. Resumidamente, assim começa o rompimento dos setores mais combativos e avançados com a UNE.

Desde então surge a necessidade de criar uma alternativa à UNE. Não na perspectiva de substituí-la, mas de superá-la junto com seus paradigmas mais caros. Uma alternativa capaz de dar um corte classista dentro do ME e de empreender uma nova concepção de movimento que não reproduzisse as práticas típicas da UNE e dos setores vinculados à mesma. Um projeto que visa dar um outro rumo ao ME no que concerne as suas bandeiras (resgatando as bandeiras históricas do ME, abandonadas pela UNE, e vinculando a causa dos trabalhadores) e uma outra configuração político-organizativa. Dois pontos que formam uma unidade dentro deste projeto.

Obviamente, desde o rompimento inicial, estava colocada a necessidade histórica da construção de uma nova entidade. Este é um ponto importantíssimo, mas que não esgota o processo de reorganização do ME. E mais, o caráter radical da reorganização requer que a mesma não se limite a se erigir uma nova entidade. Ela em si não abrange a totalidade do processo, apesar de ter um papel destacado. Até porque a sua efetividade é determinada por uma dinâmica mais ampla de luta, trabalho de base e organização dos estudantes.

Assim, o debate acerca da nova entidade nacional existe, em certa medida, desde os primórdios do processo de reorganização do movimento estudantil. De modo que é, também de certa forma, uma proposta inscrita nesta realidade objetiva. Ou seja, é uma proposta que logo de início, mesmo não-concreta, se assenta no fato de existir enquanto perspectiva.

Da gênese do debate ao debate da gênese.

Entretanto, o debate de nova entidade nacional ganha uma notoriedade muito recentemente, sendo mais forte desde que foi convocada a reunião no Rio de Janeiro para discussão da mesma. A partir de então ela se torna uma proposição concreta dentro do ME e o debate toma contornos até então inexistentes, trata-se em larga medida de uma novidade. Enquanto proposição concreta o debate é extremamente recente e pouco maturado. O fato da perspectiva já existir antes, pouco serve como acúmulo, pois só como proposta concreta é que grande parte das questões pertinentes são devidamente analisadas. Até mesmo porque a fragilidade do processo de reorganização do ME não permitiu um avanço neste sentido.

Não obstante o fato do debate não haver maturado significativamente e estar demasiadamente restrito a cúpulas (quantas entidades assinaram o chamado?), muito menos se irradiado nas bases estudantis mais amplamente, a proposição da nova entidade procura avançar ao ponto de intentar a sua construção neste ano. Objetivamente (por mais que nem sempre deixem isso claro em vários momentos), o que está colocado, principalmente pelo PSTU, é a fundação de uma nova entidade em um congresso a ser realizado no segundo semestre de 2008. A reunião em fevereiro no Rio daria um ou mais passos *neste sentido*. Aí, limpidamente, reside o primeiro problema.

Paralelamente a esta problemática, temos a questão da forma como a proposição de nova entidade nacional passou pela Conlute. A Conlute não tem que exprimir um consenso, a diversidade interna é óbvia. Se fosse só isto não haveria nada a questionar. Porém, a proposição do espaço para se discutir a fundação da nova entidade foi marcada por alguns atropelos internos. Inicialmente, a Conlute delibera em reunião do seu Colegiado (agosto/2007) por um chamado para criação de uma nova entidade e na mesma reunião adiou para este ano a realização do Congresso Nacional dos Estudantes. Assim, na medida em que existe o chamado e

se projeta um Congresso, é sabido que a discussão sobre a construção da entidade será pautada no Congresso a ser realizado no segundo semestre. Nenhum problema até aí. Mas, em seguida, o que se vê é no interior da Conlute a transfiguração da pauta de “Congresso Nacional dos Estudantes” para “Nova Entidade”. Ora, o Congresso vai bem além da nova entidade, esta é só um encaminhamento a ser dado ou não. A diferença substancial é que com esta mudança a discussão de organização do Congresso passa a ser balizada pela formação da entidade.

Enfim, houve uma mudança súbita do sentido dado ao encaminhamento da discussão, direcionado-a em favor daqueles que defende a formação da entidade para logo. Além de reproduzir vícios bem próprios de práticas que se visa superar (apesar de não terem sido nos mesmo termos que se encontra, por exemplo, não casual, na UNE), isto só reflete a debilidade da proposta para se firmar. Reflete em parte o seu isolamento relativo e a fragilidade do seu argumento. Deve se considerar que o fato dela está se dando fortemente por cima, nada mais é do que uma demonstração da sua própria inconsistência lógica, qual seja: *querer formar uma entidade fundamentada pela vanguarda, restrita dentro do campo da própria vanguarda, que quer fazer acreditar ser expressão de uma massa que nem ao menos chegou a contemplar tal proposição.*

Salientamos que este não é um ponto apenas marginal neste debate. As condições da gênese de um processo não só o contextualizam, mas influem em suas próprias determinações. O que não quer dizer que encerrem ou determinem completamente o processo, mas inegavelmente o marcam significativamente.

Para além do hiper-dimensionamento interessado do ascenso do movimento estudantil em 2007: O que temos de avanço concreto de organização.

A idéia de que chegamos a um momento propício para avançar para a constituição de um entidade consideramos partir também de uma análise incorreta do ascenso do ME em 2007. Não há dúvidas que 2007 foi um ano especial para o ME, onde ele conseguiu atingir um patamar grande de combatividade e radicalidade. Chegou até mesmo, em alguns momentos, a fazer luta de massa - como, com seus limites, se apresentaram as lutas das estaduais paulistas. Definitivamente, foi um ano que *pode* representar uma retomada do protagonismo do ME, mas isso não está consolidado. Isso só se materializará mediante a continuidade do próprio processo, reproduzindo e ampliando as lutas de 2007.

De maneira geral, no primeiro semestre de 2007, com as ocupações que se alastraram pelo país, o movimento iniciava um ascenso interessante, fazendo lutas centradas nas pautas locais. A bandeira contra a reforma universitária era um ponto em comum entre as diversas lutas, mas elas efetivamente se realizavam assentadas nas questões internas e mais imediatas de cada universidade em particular. Neste sentido, a questão da reforma universitária estava muito mais como um pano de fundo. Mas, de qualquer forma, o saldo tinha sido positivo. Saímos do primeiro semestre cientes que tínhamos acumulado bastante, que estávamos bem mais fortes e podíamos até vislumbrar uma ofensiva. Então, eis que chega o REUNI e atropela a resistência do ME.

No segundo semestre nos defrontamos com um inimigo de peso (o REUNI) e, mesmo com toda a combatividade demonstrada, sofremos uma derrota estrondosa. Ora, não podemos fugir dessa questão nodal: depois de viver um ascenso, nos últimos tempos, inédito e fazer um combate encarniçado, sofremos uma derrota total naquele que foi o maior ataque da reforma universitária neoliberal no Governo Lula/PT. O fato é que vivemos um momento histórico extremamente difícil de hegemonia neoliberal, que tem imposto uma defensividade aos movimentos sociais, não podemos naturalizar uma derrota desta natureza.

O REUNI é uma medida ardilosa que condensou muito bem o *modus operandi* da reforma universitária. Pois, é uma medida nacional de conseqüências profundas, mas que se colocava localmente. Assim, se de um lado aprofundava a reforma neoliberal da universidade brasileira, por outro, se apresentava de forma fragmentada, diluindo a resistência a mesma. De fato, não conseguimos articular uma resistência nacional e organizada contra o REUNI.

Aqui se constata claramente a necessidade de uma entidade. Mas, ao menos que aceitemos o simplismo das análises que só enxergam “crise de direção”, uma entidade não poderia surgir abstratamente acima do nível de consciência e organização dos lutadores de então. Ou seja, a questão especulativa de que “se tivéssemos uma entidade nacional seria diferente” é inútil, simplesmente porque isto não estava dado naquele momento. E no momento de agora, com

o aprendizado da derrota? Aparentemente sim, mas esta aparência só teria validade se fosse respaldado no que realmente é decisivo: para além da vanguarda, como esta experiência foi apreendida pelos estudantes em luta (sem falar dos que não se envolveram diretamente)?

A necessidade real de uma nova entidade, que com as lutas de 2007 ficou mais clara para boa parte da vanguarda, não foi um problema imediatamente colocado para as bases estudantis. Em nível de consciência estudantil, as lutas pouco chegaram a se defrontar com impedimentos que demonstrassem cabalmente essa necessidade de forma palpável para os estudantes. No primeiro semestre, centradas localmente, as lutas se resolviam em geral no âmbito de cada universidade. No segundo, com o REUNI, que reclamava mais claramente uma solução nacional, isto não foi posto na prática porque o ME não conseguiu avançar para uma mínima confrontação massiva e de caráter nacional, as lutas se desenrolaram e se resolveram localmente, sem que conseguíssemos ter dado um apontamento diferente a elas.

As análises que destacam ufanisticamente e acriticamente o ascenso do ME, visam criar um clima forçoso de necessidade imperativa e imediata de uma nova entidade nacional, relegando para um segundo plano o trabalho de base.

Os descaminhos da Frente de Luta Contra a Reforma Universitária.

A forma como está se apontando a fundação da nova entidade é fruto da tônica que se tem dado ao processo de reorganização do ME. Esse ainda não conseguiu superar paradigmas essenciais. Daí que tem tido um direcionamento fundamentalmente superestrutural, caindo docilmente nas garras do cupulismo. Exemplo cabal disto é a Frente de Luta Contra a Reforma Universitária.

A Frente foi uma criação muito importante e que faz parte da reorganização do ME. Não se trata do núcleo em si dela, mas responde por um momento importante. Ao suplantar barreiras da dicotomia UNE x Conlute para unidade, deu um incremento muito grande nas lutas, ao passo que evidenciou que a total inviabilidade delas se constituírem dentro da UNE.

Por outro lado, a Frente esteve a todo instante refém de um acordo de cúpula que não correspondia às suas bases. A Frente foi formada por entidades de todo o país, seus manifestos foram assinados por elas e convocava os estudantes para uma unidade em torno da luta contra a reforma universitária. O que efetivamente formou e deu legitimidade à Frente foram as entidades gerais e de base. Contudo, seus rumos políticos nacionais foram sempre frutos de acordos entre PSTU e PSOL, mesmo ela indo além deles. Neste sentido, não é exagero dizer que ambos empreenderam certo aparelhamento em massa dessas entidades estudantis! Assim, a Frente foi um avanço no que diz respeito a formação de uma unidade para luta central que é o combate a reforma universitária neoliberal, ao mesmo tempo em que representou um grande retrocesso ao subjugar esta unidade (lembrando: fundada nas entidades) à vontade daqueles partidos.

A Frente, além da luta imediata, sempre teve sim a tarefa de contribuir para construção de uma alternativa de organização no ME. Uma experiência capaz de trazer para ponta do nariz o fato de que a UNE joga contra as lutas do ME e de que uma nova organização é preciso. Todavia, isto se dá dentro do processo direto de lutas e da construção direta com as bases. Simplesmente o PSOL não é a mediação desta alternativa. As súplicas do PSTU é um grande desvio do essencial, que acaba recaindo sobre todos os setores que constroem a reorganização do ME.

É um desvio, primeiro porque a conformação de uma unidade para a luta não depende diretamente do PSOL, por mais que ele jogue um peso importante nisto. Segundo que ao privilegiar o diálogo entre correntes ou partidos em detrimento do cumprimento das tarefas de aproximação e consolidação de uma nova concepção de movimento com as bases, simplesmente se inverte o que é fundamental. Daí a reorganização do ME fica refém de um cupulismo que longe de construir o novo que tanto se propaga, repõe o velho com fachadas diferentes. Cupulismo este baseado no institucionalismo do PSOL e no vanguardismo do PSTU.

O deslocamento do que é central e o “pulo do gato” espelhado.

Reestruturar um movimento social é sempre tarefa muito difícil, sujeita as oscilações, avanços e recuos. A avaliação deste processo é essencial para a colocação da questão da nova entidade nacional. Primeiramente, é mister entender a atual fragilidade da reorganização do

movimento. Não quer dizer que não avançamos, pelo contrário, mesmo frágil ela é em boa medida algo irreversível. Porém, as condições da sua irreversibilidade não são as condições do seu avanço. Se assim fosse, a UNE e tudo o que ela representa dentro do movimento já teriam caído como um castelo de cartas. Temos que reconhecer e fazer a autocrítica que até então conseguimos cumprir um papel muito mais negativo (frente a UNE) do que positivo em relação ao que queremos construir. Com menor ou maior grau dependendo do local, a Conlute, que é o núcleo mais avançado deste processo, conseguiu sedimentar muito pouco uma nova práxis com a qualidade de se reproduzir firmemente. Não é a toa que a mesma, bem como o rompimento com a UNE, oscilam muitas vezes de acordo com as eleições de DCE's.

Deve se compreender que a condição da UNE não ser mais uma entidade de massa, pois efetivamente há um bom tempo não tem mais bases reais, não implica que a categoria estudantil viva um estado de ânsia e agonia por uma nova entidade que ocupe tal vácuo. Não se tem processado um rompimento formal em massa com a UNE, precisamente porque o que existe é mais uma indiferença do que uma negação consciente em relação a ela. Nas lutas de 2007, mais do que repudiar concretamente, os estudantes em luta passaram ao largo da UNE.

Ao invés de uma atuação capaz de erigir de baixo para cima um movimento que seja a superação das práticas típicas da UNE, a atuação se restringiu mais numa forma de demarcação de espaço, numa diferenciação pelo o que não somos. Aí reside o problema do próprio rompimento com a UNE ficar longe de toda a sua potencialidade. Pois, a diferenciação real se consubstancia através da afirmação daquilo que é, e não daquilo que diz não-ser. É claro que não podemos desconsiderar toda a sorte de dificuldades e entraves que existe para aplicação de uma atuação que junto às bases fundamente uma auto-organização autônoma e combativa das mesmas. Nem quer dizer que não houve nenhum avanço neste sentido, mas ele foi bem aquém do necessário. Trata-se de uma dificuldade que não podemos nos esquivar, sob pena de comprometer todo o processo.

Para tanto não existe mágica nem fórmulas mirabolantes que serão tiradas da cartola. Precisamos puramente nos debruçar mais ainda no trabalho de base, nas escolas públicas e nas particulares, estreitar a relação entre direção e base, permitindo o protagonismo desta última. Não é novidade que precisamos saber articular as lutas às necessidades imediatas dos estudantes, sem perder o viés classista, criando condições para elevar a sua consciência. Isto significa compreender mais a fundo a questão da assistência estudantil, se apropriando das suas urgências e potencialidades. Implica também, por exemplo, articular a questão da repressão aos movimentos sociais com a própria democracia interna das universidades e as estruturas de poder de classe que as comandam. O decisivo é não se render aos empecilhos materiais para não cair na mera retórica. Reconhecer as massas estudantis (coisificadas pelas direções auto-referentes) enquanto sujeito ativo é o primeiro passo.

Aqui podemos adentrar em uma questão central acerca da nova entidade. Além das premissas básicas para a sua construção, abordamos a questão da consciência. O que é decisivo para formação de uma entidade é o nível de consciência que se atingiu para tanto. A não ser que se considere que as direções do ME esgotem em si toda a consciência possível, cabendo exclusivamente as mesmas a centralidade do processo de conscientização, é óbvio que não houve maturação suficiente do ME para supor as condições de uma nova entidade nacional para um movimento estudantil que se propõe novo (autônomo, combativo, classista, desburocratizado, etc).

Só é possível tal consciência de base quando a questão for colocada coerentemente nas bases através das lutas e no cotidiano delas. Até mesmo porque a concreção de uma nova entidade deve partir de uma auto-organização das massas, isto não elimina o papel da vanguarda, apenas a coloca onde deve está: referendada em suas bases, pois só assim ela faz sentido. A proposição de fundação de nova entidade para este ano, ainda mais da forma como tem sido colocada, é vanguardismo. O PSTU, que se sente vanguarda por excelência, comete este erro. Não adianta ser "tão vanguarda", ao ponto de querer estar "tão à frente", que não percebe que suas proposições não encontram respaldo na base, simplesmente porque é algo tão dela distante que acaba não lhe dizendo respeito!

Toda entidade tem que ter um caráter de representatividade, e para tanto, ela tem que ser representativa desde o seu nascimento. Não adianta ter uma entidade formada e depois apresentá-la aos estudantes querendo que os mesmos legitimem algo que lhe é geneticamente alheio. Isto não quer dizer que para termos uma entidade precisamos que todos os estudantes,

pensados de forma abstrata, a referendem. Até porque estamos tratando de uma categoria que tem em seu seio classes distintas com interesses diametralmente opostos. Porém, a premissa continua válida dentro dos limites que nos propomos.

Tampouco estamos supondo um processo idílico, idealizado, onde não se apresentará nenhuma contradição e as bases completamente sápias de seus objetivos criarão a entidade que lhe aprovar. O que está colocado hoje é um processo auto-referenciado na direção do movimento, sem que as bases possam conduzi-lo minimamente, quanto mais fundamenta-lo significativamente.

O Movimento Estudantil tem as suas particularidades, frutos da própria situação em que se insere. Destacam-se, além do pluriclassismo (já comentado acima), o caráter eminentemente passageiro dos seus membros, bem como a fluidez da sua categoria. Contudo, ao contrário do que muitas vezes se apregoa, no intuito de convencer-nos a relativizar nossos princípios político-organizativos, eles não constituem em algo proibitivo a uma organização fundamentada pela referência prioritária na base. Inclusive, devemos considerar que em maior ou menor grau, os movimentos sociais em geral apresentam empecilhos que visam isolar a base, da direção e de si mesma. Todos os movimentos sociais, cada qual com suas particularidades, têm que enfrentar a tendência à atomização da vida que faz parte da sociedade capitalista. Tratar isto no ME como proibitivo para construção de base de uma entidade é aumentar as possibilidades de isolamento. É o próprio caráter marcadamente fluído e volátil do ME que exige uma organização bem fundada na categoria, reconhecendo o papel ativo de seus sujeitos.

Visto que todas as condições básicas para instituição de uma entidade nacional efetivamente representativa estão sistematicamente sendo ignoradas na prática e deturpadas ideologicamente, é óbvio que temos sua concreção comprometida. Como é óbvio que o PSTU, ao propor e defender nestes termos coloca a sua autoconstrução em primeiro plano e, neste caso, contra as genuínas necessidades do ME. Tal postura compromete além da nova entidade, o processo de reorganização, pois significa uma capitulação frente as suas tarefas básicas. O *“pulo do gato” que se quer, longe de ser um salto organizativo, estanca e retrocede a reestruturação do ME, pois desloca a centralidade da auto-organização da base e cristaliza uma proposta antigovernista em uma superestrutura bastante refém das conjunturas imediatas.*

Precisamos buscar nas lutas os caminhos para a reorganização do ME. *A centralidade deste momento não está em uma nova entidade nacional, mas em focarmos na organização para as lutas que estão colocadas para agora: a luta contra repressão e criminalização do ME, a continuação da luta contra o REUNI, e a sempre presente luta pela assistência estudantil.* Tudo isto tem sido “esquecido” em nome de uma perspectiva superestrutural.

Maceió, Fevereiro de 2008.

GRUPO
**ALÉM DO
MITO**

Lutar para Estudar... Estudar para Lutar!